

Em busca da justiça ambiental e climática: Por uma ecologia decolonial

Rosana da Silva Pereira 
Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil
silvarosanasociais@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe217854



FERDINAND, Malcom. 2022. Uma Ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu.

O martinicano Malcom Ferdinand (1985), engenheiro ambiental de formação, filósofo político, ambientalista e doutor em Ciência Política pela Universidade Paris VII é autor do livro “Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho” lançado em 2022 pela Editora Ubu. A obra em 2019 foi premiada pela Fondation de l’Écologie Politique Française e apresenta um pensamento acerca da ecologia decolonial, tendo o território do Caribe no centro da tempestade moderna. O ambientalista reflete a ecologia através do mundo caribenho como um projeto político de “deslocamento epistêmico dos



e217854

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe217854>

pensamento do mundo e da Terra no coração da ecologia” (Ferdinand, 2022, p. 33), isto é, a compreensão de possibilidades epistemológicas a partir do Caribe, e neste sentido suas reflexões estão estabelecidas em discussões acerca da necessidade do reconhecimento dos impactos dos processos coloniais nas crises ecológicas.

Ao longo do texto é possível entendermos as contribuições importantes de Aimé Césaire, Édouard Glissant e Franz Fanon para a formulação do pensamento sobre a ecologia decolonial nesta obra. Permeada de contribuições epistemológicas sobre a realidade deste território defronte aos processos de colonialismo, escravidão, plantation, capitalismo e desigualdades, a obra está dimensionada em quatro partes: parte I: a tempestade moderna: violências ambientais e rupturas coloniais, a parte II: a arca de Noé: quando o ambientalismo recusa o mundo, a parte III: o navio negreiro: sair do porão da modernidade em busca de um mundo e a parte IV: um navio-mundo: fazer-mundo para além da dupla fratura. Outro elemento importante neste livro é a metáfora do navio como elemento central do pensamento, e neste sentido, o autor no início de cada capítulo faz uma descrição de relatos sobre as viagens dos navios negreiros.

Iniciando a obra com o prólogo sobre a dupla fratura colonial e ambiental, o autor discute o Caribe imerso na história colonial, revelando que ainda no século XV este território era concebido pelos europeus como um arquipélago selvagem e canibal. Tal perspectiva colonial discriminatória ainda está enraizada no mundo ocidental, e deste modo Ferdinand nos propôs a refletir o mundo através das lentes do olhar caribenho, como bem dialoga “[...] Pensar a ecologia a partir do mundo caribenho é a derrubada dessa perspectiva, sustentada pela convicção de que os caribenhos, homens e mulheres, falam, agem, pensam o mundo e habitam a Terra (Ferdinand, 2022, p. 22). A percepção caribenha sobre o mundo permite compreender a crise ecológica ao mesmo tempo que é necessário o entendimento de uma ecologia decolonial, que para o autor é uma ecologia-do-mundo, uma ecologia que compreende os atravessamentos do racismo na estruturação da modernidade.

Para pensar sobre a tempestade moderna através das violências ambientais e rupturas coloniais, o ambientalista apresenta suas perspectivas sobre o habitar colonial, na qual apresenta esta concepção através dos seguintes princípios: geografia, exploração da natureza e altericídio. As dimensões fundamentais deste habitar são a apropriação de terras, massacres e desbravamento e suas formas são constituídas pela propriedade privada, plantation e escravidão.

Outra questão importante para a sua argumentação sobre os elementos que compõem as violências decorrentes do colonialismo, se trata da existência do Plantantioceno, terminologia cunhada por Anna Tsing e Donna Haraway, na qual se constitui como a era da política do plantation. Sendo capaz de manter as relações de subordinação e exploração através da globalização, o plantation se estabelece para além das fronteiras da propriedade rural e fabril “[...] Ela designa as injustiças espaciais globais, as

relações de poder e de dependência entre lugares situados em diferentes pontos da Terra (2022, p. 67). Então mesmo que os plantations da atualidade não estejam nos mesmo moldes daqueles do século XVII, eles se estruturam na lógica capitalista, tendo uma subordinação mundial a esta política monoculturista.

Então para conceituar a dupla fratura da modernidade como um problema ecológico, o autor explica que se trata de uma ideia que compreende a separação da história colonial e a história ambiental. Fruto da modernidade, tal fratura é construída através dos discursos segregacionistas e que ao mesmo tempo revela a distância entre os movimentos ambientalistas, pós-colonialistas e antirracistas. A exemplo da dupla fratura, temos o antirracismo que por muito tempo não esteve em diálogo com os movimentos ambientalistas.

É preciso destacar que a história colonial posiciona o homem no centro do mundo, mas não qualquer homem: o homem branco, heterossexual, livre, cristão, classe favorecida e herdeiro da sociedade escravocrata e pós-escravocrata. Justamente por isso que Malcom Ferdinand também tece críticas importantes ao genocídio ameríndio que juntamente com o matricídio constitui uma Terra sem manman e seres humanos sem uma Mãe Terra na perspectiva do habitar colonial. O que é preciso evidenciar é que o autor reflete acerca da dinâmica exploratória da Casa Grande e Senzala como modo de pensar, ser, existir, se relacionar e habitar na colonialidade.

A fratura colonial, portanto, posiciona de um lado o colonizador e de outro o colonizado, separa pessoas brancas e não brancas, cristãs e não cristãs, senhores e pessoas na condição de escravizadas, metrópoles e colônias, o Norte e o Sul Global. Da mesma forma que o intelectual discute que as destruições ambientais impactam os homens desigualmente, e por isso a sua concepção sobre a dupla fratura é importante para compreendermos que as práticas ecológicas irão se manifestar de maneiras distintas nos diferentes espaços sociais, geográficos, políticos e culturais.

A “grande partilha” que constitui a modernidade resulta na fratura ambiental, em sua constante dualidade, na qual natureza e cultura, homem e meio ambiente estão em campos separados. Tal fratura posiciona o Homem como superior a natureza. Nesta compreensão, o autor também discute o conceito de Antropoceno, comumente conhecido através do Paul Crutzen em 1995, no Prêmio Nobel de Química. Ferdinand reitera sua percepção de um antropoceno branco, na qual tal geologia invisibiliza as histórias de sujeitos não brancos, em que as discussões sobre as crises ecológicas marginalizam os efeitos do colonialismo “[...] Subestima-se, da mesma forma, a ecologia colonial das ontologias raciais, que sempre associa racializados e colonizados aos espaços psíquicos, físicos e sociopolíticos que são os porões do mundo [...]” (Ferdinand, 2022, p. 30).

Além disso, ao discutir acerca da recusa do mundo pelo ambientalismo, Malcom Ferdinand apresenta A arca de Noé e o navio negreiro na qual a metáfora da arca de Noé e a política do embarque que também é decorrente da dupla fratura da modernidade, e que se manifesta através das figuras políticas do indiferente, xenooguerreiro, o sacrificador, o senhor-patriarca e o devorador de mundo, enquanto suas formas de recusa do encontro são o abandono do outro, a eliminação do outro, o sacrifício do outro, a subjugação do outro,

“meu mundo às custas do mundo dos outros”. Já o navio negreiro se constitui através dos seguintes agentes políticos: o Negro destroço, o suicida, o quilombola, o vingador e o kamikaze e manifesta a fuga do encontro através do abandono de si, da eliminação de si, partir por si, fazer o outro partir e fazer o mundo partir.

Desta forma o autor reflete sobre o “pensar o mundo” unicamente através da arca e do navio negreiro, apresentando a ideia do navio-mundo como a recusa do mundo aos povos ameríndios juntamente com a política do porão se tornam tecnologias poderosas para a exclusão de todos os não brancos. O porão da modernidade estrutura o navio negreiro que atravessa o Atlântico e condiciona a pessoa negra como não ser, não lugar e não humano, sendo resultante deste navio-mundo.

Para a discussão sobre a recusa do mundo, enquanto ruptura do ser, Ferdinand realiza uma contextualização sobre as destruições dos laços comunitários e os pertencimentos, uma ruptura múltipla, na qual “[...] Pessoas são levadas à força de suas comunidades, de suas aldeias, de sua terra e céu familiares para serem encaminhadas às Américas [...]” (Ferdinand, 2022, p. 73). Com o rapto do tráfico houve a ruptura de comunidades, famílias, organizações políticas, culturais e educacionais, então pensemos em uma história, de dois irmãos que se separam por causa de um repente proposital. Uma cruel separação engasgada na garganta e inflamada no peito. Nunca mais se veem. A ruptura em relação à terra e a impossibilidade de participação na vida pública e jurídica também são engendradas como um conjunto de práticas da política do porão da modernidade.

Deste modo, o projeto colonial construiu uma instrumentalização segregatória de negros e indígenas, que em contrapartida ao longo destes séculos emanam um conjunto de ações e práticas que visam a emancipação e a justiça. Logo, para sair do porão do Antropoceno era preciso a criação de estratégias de luta ecológica em busca desta justiça social, e para exemplificar o autor apresenta: (1) as práticas de povos pré-colombianos e autóctones que atualmente podem ser reconhecidas pelas ações dos povos amazônicos em defesa da natureza e do meio ambiente; (2): lutas políticas de comunidades quilombolas e negras, como os quilombos nas Américas, nos guetos, periferias, favelas urbanas; (3) a luta das mulheres (4) Articulações políticas e movimentos sociais que lutam denunciando situações ecológicas da contemporaneidade. Então, mesmo que não haja maneiras de fugir do habitar colonial, os processos de resistências e aquilombamentos expressam formas de lutas dentro do porão.

A ecologia decolonial, portanto, visibiliza o legado do colonialismo em escala global, denunciando os processos de violências, subalternização, exploração e desumanização. O encontro proposto na obra significa a possibilidade de superação da dupla fatura ambiental e colonial, através de um navio-mundo na qual haja apenas companheiros de bordo sem o porão, na qual todos possam habitar esta terra para que possam enfrentar a tempestade moderna.

Referências Bibliográficas

FERDINAND, Malcom. 2022. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: UBU.

sobre a resenhista**Rosana da Silva Pereira**

Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília (Unb). Mestra em Educação: conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do recôncavo Bahiano (UFRB). Pesquisadora na área da Sociologia das Relações Étnico-raciais, Políticas Afirmativas no Ensino Superior, Estudos de Gênero e Sociologia da Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3209-4457>

Autoria: Os autores são responsáveis pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Recebido em 30/09/2023.

Aprovado para publicação em 05/05/2024.